



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de Setembro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das Actas n.ºs 7 e 8/XII/1.ª;**
- 2. Reflexão sobre a actividade da Comissão;**
- 3. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, declarou aberta a reunião e deu de imediato a palavra ao Senhor Deputado José Lello (PS), que a solicitou para um ponto prévio à ordem do dia.

O Senhor Deputado José Lello (PS) referiu-se à deliberação de as reuniões da Comissão de Defesa Nacional passarem a ser em regra públicas, com o que manifestou a sua discordância por considerar que dessa forma a Comissão receberá menos informação das entidades que receber em audição e fará um debate interno com menor profundidade do que se funcionar à porta fechada.

O Senhor Presidente lembrou que a questão tinha também sido abordada na reunião anterior, recordando que tanto o Regimento da Assembleia da República como o próprio Regulamento da Comissão estabelecem que as reuniões são em regra públicas e só excepcionalmente, numa análise caso a caso, podem ter lugar à porta fechada. Recordou, por outro lado, que a única outra Comissão que também seguia prática de reunir habitualmente à porta fechada – a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas – deixou nesta Legislatura de o fazer. Frisou que tenciona cumprir escrupulosamente o Regimento, pelo que, sempre que seja tratada matéria com carácter reservado, as reuniões devem ter lugar à porta fechada, entendendo que tal será o caso das audições dos chefes militares. Já quanto às audições do Ministro da Defesa Nacional, designadamente a próxima, que versará sobre política geral do Ministério, disse não ver razão para serem sempre fechadas.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Acrescentou ainda considerar que a Comissão também pode constituir-se como um fórum de debate aprofundado, caso em que também se justificará reunir à porta fechada. Concluiu considerando que desta forma se consegue equilíbrio entre as exigências regimentais e as especificidades de funcionamento da Comissão.

O Senhor Deputado João Soares (PS) considerou que, nesse caso, será necessário retirar as devidas consequências práticas, devendo a Comissão reunir em sala equipada para transmissão pelo Canal Parlamento, ao que o Senhor Presidente respondeu que será o caso na próxima audição do Ministro da Defesa.

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado José Lello, manifestando a sua discordância com a metodologia adoptada.

1. Aprovação das Actas n.ºs 7 e 8/XII/1.ª;

O Senhor Presidente colocou então à votação as actas n.ºs 7 e 8/XII/1.ª SL, referentes, respectivamente, às reuniões havidas nos dias 8 e 14 de Setembro, as quais foram aprovadas por unanimidade.

2. Reflexão sobre a actividade da Comissão;

O Senhor Presidente começou por informar ter colocado este ponto na ordem do dia porque o Plano de Actividades que foi aprovado pela Comissão é muito extenso e será necessário operacionalizá-lo, hierarquizando as actividades e estabelecendo prioridades. Solicitou, assim, aos grupos parlamentares que façam chegar à mesa sugestões nesse sentido.

Informou também que as próximas actividades consistirão essencialmente em audições, a ter lugar na Assembleia da República, como deliberado na reunião anterior. Assim, o Ministro da Defesa será ouvido, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, no dia 12 de Outubro, às 10 horas (antecipando a audição que estava prevista para 10 de Janeiro); o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas será ouvido no dia 18 de Outubro, às 15 horas, e o Chefe do Estado-Maior da Armada no dia 25 de Outubro, às 15 horas. Informou ainda não ter sido possível contactar o Chefe do Estado-Maior do Exército por se encontrar no estrangeiro, mas tentará



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

agendar a sua audição para a semana seguinte, no dia 2 de Novembro e a do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea na semana a seguir a essa, tentando concluir toda esta primeira ronda de audições até dia 8 de Novembro. Recordou que por essa altura deverá haver nova audição do Ministro da Defesa, no âmbito do Orçamento do Estado, pelo que não haverá muito mais tempo para outras actividades até final do ano.

Solicitou, assim, aos grupos parlamentares que reflectam sobre o extenso elenco de actividades constante do Plano de Actividades e apresentem propostas sobre as audições, visitas ou seminários que considerem dever ter prioridade para se começarem a agendar para o início do próximo ano.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) sugeriu fazer audições com a nova administração da EMPORDEF e com a Comissão Permanente e Contrapartidas, duas entidades que a Comissão acompanha com regularidade, e com a comissão encarregue da reforma da saúde militar. Quanto as visitas, propôs começar pela OGMA, em resposta ao convite endereçado à Comissão.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) sugeriu obter esclarecimentos sobre o Fundo de Pensões das Forças Armadas, designadamente com uma audição da respectiva comissão de acompanhamento.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) considerou que seria útil promover uma actividade que incida sobre a área operacional das Forças Armadas, como é tradição da Comissão.

Atendendo às sugestões feitas, o Senhor Presidente colocou então à consideração da Comissão definir como prioridades as sugestões apresentadas, o que mereceu o consenso dos presentes.

3. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que já todos os grupos parlamentares indicaram os seus representantes para integrarem o Grupo de Trabalho das Audiências, que ficou



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

com a seguinte composição: Senhores Deputados Hélder Sousa Silva (PSD) – coordenador -, Rosa Albernaz (PS), João Gonçalves Pereira (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Mariana Aiveca (BE).

Seguidamente, informou a Comissão ter recebido um pedido do Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional, no sentido de lhe ser facultado acesso a gravações de audições de anteriores Ministros da Defesa. Tendo essas reuniões tido carácter reservado e não existindo regras quanto à classificação/desclassificação de documentos, colocou a questão à Comissão. Pronunciaram-se sobre esta questão os Senhores Deputados Marcos Perestrello (PS), António Filipe (PCP), José Lello (PS), João Rebelo (CDS-PP), João Soares (PS) e Joaquim Ponte (PSD). O Grupo Parlamentar do PS considerou ser de colher a autorização dos visados, na medida em que quando foram ouvidos na Comissão o fizeram na convicção de que a reunião tinha carácter reservado. Os restantes grupos parlamentares que consideraram ser de ceder as gravações solicitadas.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 Setembro 2011.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 9/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Braga
António Filipe
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
Hugo Lopes Soares
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Mónica Ferro
Rosa Maria Albernaz
Altino Bessa
Carlos Alberto Gonçalves
Miguel Santos
Nuno André Figueiredo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Carina Oliveira
Odete João
Pedro do Ó Ramos